

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI E A ESCOLA DO CAMPO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Felipe Cordeiro da Rocha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Mestrando em educação
felipe.crocha@outlook.com

RESUMO

A educação do campo, refere-se à educação voltada aos camponeses e ao se pensar uma escola para o campo é preciso tomar em conta o camponês como sujeito histórico. O objetivo deste artigo é de modo comparado analisar a construção das políticas de educação rural na Argentina, Brasil e Paraguai e quanto a metodologia se fez uma pesquisa bibliográfica e documental, além de dados empíricos da experiência de um projeto de extensão realizado em escolas de assentamento na região da tríplice fronteira.

A discursão apresentada neste artigo tem como pretensão contribuir para entender a temática da construção de políticas para a escola do campo, o que se faz necessário, quanto da necessidade destes países como integrantes de um bloco comum: o MERCOSUL, em estreitar seus laços políticos, histórico e sociais.

Palavras-Chave: Educação do Campo, História da Educação do Campo, Políticas Públicas

ABSTRACT

The peasant/field education is a modality of education that as its own name says is to think a school where the peasant be taken as a historic being. The pretention of this paper is analyze the building of the policies of rural education in Argentina, Brazil and Paraguay and about the methodology is a bibliographic research and based own laws and documents, as well, as in the experiences in extension projects at land reform area schools in the Triple Frontier.

The theme presents own this paper pretend give its contribution to understand the building of the policies to the peasant school, what is necessary in the perspective of Latin America integration in the MERCOSUR to strengthen the historical and cultural ties among this countries.

Keywords: Rural Education, History of Peasant Education, Public policies.

INTRODUÇÃO

Na Argentina, no Brasil e no Paraguai, embora estes três países estejam ligados por vínculos fortes por ambos serem países colonizados por países ibero-americanos, Portugal e Espanha, de ambos se inserirem na economia mundial como país primário exportador e até nossos dias terem ainda como principal produtos para sua pauta de exportação os produtos primários, especialmente produtos agrícolas, isto é, o campo tem historicamente em maior ou menor medida um lugar estratégico na constituição destes países

que também têm em comum o lugar social que o camponês ocupa na sociedade, lugar socialmente secularizado, inclusive quando falamos da escola do campo, objeto de análise deste artigo.

Ao falar de campo, falamos de camponês, compreendendo o camponês como o pequeno produtor, seja ele assalariado, pequeno proprietário, quilombola ou sem-terra que vive da terra e tem relação com a mesma, já que a terra é o seu lócus de produção e reprodução social. A este camponês tem sido historicamente negado o pleno acesso à cidadania plena.

O interesse pela temática educação do campo surge pela experiência do autor como educador em acampamentos de reforma agrária nos anos 2000, que é ampliado durante a graduação em ciência política e sociologia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde o mesmo se aproxima das temáticas ligadas à América Latina, especialmente pela universidade se localizar na cidade de Foz de Iguaçu no Paraná, região da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, mas muito especialmente pela experiência nos projetos de extensão os contos, mombeu'ra, los cuentos navegam pelo rio Paraná¹ e Foz politicando², projetos realizados em escolas de assentamentos rurais ligados ao Movimento Agrário do Paraguai (MOAPA), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Movimento Agrário de Misiones (MAM), onde lhe foi possível a observação aspectos da realidade das escolas do campo ao mesmo tempo conhecer a luta dos movimentos sociais por uma educação de qualidade e mais que isso, conhecer as famílias, alunos, pais e mesmo os professores destas escolas, seus anseios, visão e expectativas .

O trabalho é resultado de um esforço na busca por aspectos da história da educação no campo, da construção de uma educação do campo e é dividido em três momentos, embora no texto estes momento não apareçam necessariamente em momentos distintos, O primeiro momento faz uma análise histórica da construção do termo educação do campo e de camponês, uma vez que o objeto da educação do campo é o camponês; o segundo toma a situação do camponês na Argentina, no Brasil e no Paraguai em perspectiva comparada e o terceiro toma a história das políticas de educação rural nos países analisados e tem como objetivo contribuir com a necessidade da integração social e econômica e para tal é preciso pensar de maneira comparada a escola no campo.

A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

¹ Projeto de extensão coordenado pela Professora Dra. Graciela Quijano, docente na UNILA e UFRGS realizados em escolas de assentamentos rurais no Brasil, Argentina e Paraguai com contação de histórias realizado nos anos de 2011 e 2012.

² Projeto de extensão coordenado pela Professora Dra. Renata Peixoto de Oliveira, docente da UNILA realizado em escolas urbanas e rurais na região da tríplice fronteira discutindo temáticas ligadas a política e à cidadania no ano de 2013.

Para pensar educação rural ou educação do campo, o primeiro ponto que merece destaque é a distinção do escopo de cada área, tomando em conta o verbete educação do campo do dicionário de educação do campo, teremos como definição para educação rural:

Para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral, “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento[...] Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam (CALDART et al, 2012, p.295).

É também do mesmo dicionário que tomamos uma definição para educação do campo:

“A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART et al, 2012, p.295).

É a partir destas duas definições como partida pretende-se aqui discutir e aprofundar a discussão da temática, especialmente ao se referir a construção de políticas públicas para a educação do campo na Argentina, Brasil e Paraguai e para não ser anacrônico é preciso chamar a atenção que o termo educação do campo é contemporâneo, é um termo brasileiro no sentido que ele já foi incorporado às políticas públicas, o que se pode perceber com a publicação de documentos como resolução CNE/CEB 01/2012 que institui as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, e o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) instituído pelo Decreto nº 7.352 de 2010, porém não é possível falar de educação do campo antes da década de 90. Cabe destacar, que o termo é resultado da luta dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST, que foi protagonista na luta por melhores condições na educação para os camponeses, porém embora os movimentos sociais da Argentina e Paraguai compartilhem dos mesmos ideias quanto a necessidade de educação para os camponeses, que tanto na Argentina quanto no Paraguai são chamados campesinos, o termo designado para designar educação para os camponeses é educação rural. No entanto, justifica-se a escolha da terminologia educação do campo aqui, primeiro pelos seus pressupostos e segundo por se compreender que embora o termo seja contemporâneo, as necessidades apontadas para justificar a necessidade deste termo já estavam presentes nos países analisados desde sua constituição como colônia ou mesmo como países independentes, no entanto subservientes às necessidades dos países centrais e constituído por um modelo agrário para a exportação baseada na grande propriedade e na monocultura.

Antes de prosseguir, é também importante falar sobre o termo camponês, uma vez que a educação do campo e as políticas da educação do campo estão voltadas para o camponês, porém quem é este camponês? O camponês tem ligação a relação entre o trabalhador do campo e a terra para além de ser mera relação econômica, ser lócus de produção e de reprodução das relações sociais (CARVALHO, 2015, p. 9), isto é, diferentemente do empresário agrícola, que enxerga na terra apenas uma oportunidade de lucro, uma vez que o mesmo vive na cidade e não na terra em que produz e por isso não tem a mesma ligação com a terra, uma vez que o mesmo pode usar de agrotóxico no campo sem comprometer sua saúde, ao contrário do camponês que precisa não só pensar na sua relação com a terra, pois o mesmo vive na terra e vive da terra, que não é mera relação romântica, mas está relacionada tanto com aspectos culturais, porém muito mais que isso, está relacionada com sua sobrevivência com o lugar da onde o mesmo tira seu sustento.

Agora com uma definição de camponês, lembrando que o camponês é aquele a quem se dirige a educação do campo, partiremos para aquilo que caracteriza a educação do campo a distinguindo da educação rural e para tal é essencial tomar das ideias de José Carlos Mariátegui que no livro *Os Sete Ensaios da Interpretação da Realidade Peruana*, livro ao qual como um dos principais marxistas da América Latina o mesmo discorda de uma das principais teorias marxista acerca do campesinato, de seu iminente desaparecimento, prescritas tanto por Marx, como por vários autores marxistas. Pelo contrário, Mariátegui diz que não adianta pensar que o problema do índio ou do camponês apenas como um problema pedagógico, pois é mais que um problema pedagógico, é um problema de acesso à terra (MARIÁTEGUI, 2007, p. 33).

A educação do campo, embora a escola esteja no campo, ela não está preocupada com a realidade do homem do campo, com sua especificidade, não questiona a propriedade da terra, sua concentração na mão de poucos, quando é uma escola agrícola apenas está preocupada em ensinar técnicas para a agricultura de mercado, desta força não consegue questionar o êxodo rural, a concentração da terra, enquanto a educação do campo parte do pressuposto que junto à necessária de uma educação universal é necessário fazer que a educação não seja uma mera ferramenta que potencializa o desaparecimento do camponês ou ao menos seu empobrecimento, uma vez que a pequena propriedade não pode competir com a grande propriedade e o agronegócio, se não houverem políticas públicas que tentem conter a concentração da terra e aqui ao se referir ao agronegócio nos referimos à agricultura de mercado com suas especificidades, isto é, tendência a concentração de terra, monocultura, agricultura para exportação.

Quando Mariátegui diz que a educação por si não é transformadora ele não foge da tradição marxista, já que o próprio Marx e os marxistas Althusser e Gramsci já haviam chamado a atenção para este ponto, isso fica claro quando Althusser ao citar Marx diz que mesmo uma criança sabe que uma formação

social não se reproduz em suas condições de produção tende a desaparecer (ALTHUSSER, 1983, p. 53), logo, se como Marx já denunciava, se o capitalismo é um modelo de produção que tem a desigualdade como algo intrínseco e tende a concentração, para ele se perpetuar ele precisa tanto se reproduzir como se justificar ou em outras palavras convencer as pessoas que este é o único caminho justo e possível e estas duas necessidades podem ser garantidas pela escola, pois a escola não surge para contestar a desigualdade estrutural, pelo contrário, ela surge para naturalizá-la. Estuda-se para conseguir uma boa profissão, status, e aqueles que não conseguem ascender socialmente pela educação acabam por se conformar, afinal, somente os melhores ascendem socialmente num modelo social claramente meritocrata. Os cargos já estão quase que determinados, isso vemos todos os dias, pois aqueles que cursam medicina, aqueles que chegam a ser juízes ou assumem outros cargos de comando e status, na maioria das vezes, são pessoas com condições, tanto de recursos quanto de tempo. Para os pobres quando possível resta os cursos de licenciatura e isso se torna natural, logo a escola reproduz as classes, reproduz a força de trabalho e a classe dominante assume os cargos de comando, enquanto a classe trabalhadora assume os cargos mais baixos na escala social, desta forma a escola, exceto exceções, apenas assume o papel reproduzir a ordem vigente.

Quando Gramsci pensa numa escola que pode assumir um papel distinto, um papel de formar o intelectual orgânico da classe trabalhadora ele enxerga a educação no sindicato, isto é, no espaço da sociedade civil e não na escola do Estado, é justamente este espaço que a escola do campo assume, pois embora reivindique educação como um direito e dever do Estado, são os próprios sujeitos do campo organizados que pensar o modelo de educação que querem e ao mesmo tempo que lutam por educação, lutam contra a concentração da terra, lutam por melhores condições e isto que diferencia educação do campo da educação rural, não o que muitos acusam a educação do campo, isto é, de esta ser uma tentativa de tentar limitar o camponês ao campo através de uma pedagogia do campo, pois não é a pedagogia do campo no sentido de negar o conhecimento universal acumulado, pelo contrário, a educação do campo reforça a necessidade da educação universal, já que somos produto do conhecimento histórico do que o homem como ser social construiu, mas nega a possibilidade desta mesma educação reproduzir a desigualdade e a concentração da terra.

A educação do campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a educação do campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com o conjunto da população trabalhadora do campo, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas para ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2005, p. 17)

A HISTÓRIA DA ESCOLA NO CAMPO

Argentina, Brasil e Paraguai têm características comuns, já que ambos são países com uma forte presença agrícola desde sua constituição como colônia até nossos dias, no entanto, os nuances da trajetória do desenvolvimento rural, com ênfase na escola e nas políticas que possibilitaram sua chegada ao campo e as condições objetivas desta escola até nossos dias diferem, por exemplo, a Argentina hoje tem menos de 9% de população rural, segundo dados do senso demográfico. O jornal Clarín³ publicada no ano de 2011 destaca que com 9% de população rural a Argentina tem uma população rural menor de os EUA com 18%, da França com 15% e da Alemanha com 26% e a tendência de queda segue forte, pois dados do Banco Mundial falam que no ano de 2015 a população rural da Argentina era de 8,4%, por outro lado, o Paraguai segundo dados da pesquisa permanente de domicílios (Encuesta Permanente de Hogares) a população rural é de 40,7%. Já enquanto o analfabetismo rural na Argentina, embora o último censo não faz distinção entre educação urbana e rural, no entanto, se tomarmos em conta o censo da década de 90 a taxa seria de em média 3,7%, mais que o dobro da taxa urbana que é segundo o censo de 2010 de 1,9% (INDEC, 2010, p. 114); enquanto no Brasil o analfabetismo rural chega a 24% com base nos dados do censo de 2010 contra 7,5% nas áreas urbanas e no Paraguai o analfabetismo rural chega a 11,6% contra 7,5 na área urbana.

A desigualdade entre campo e cidade também pode ser medida em anos de estudo, como podemos observar no gráfico a baixo, que se refere a quantidade de anos de estudo diferenciada entre área urbana e rural, tomando em conta as regiões geográficas do país

Tabela 1 - Anos de Estudo População com 15 anos ou mais

Regiões Geográficas	Anos de Estudo	
	Urbano	Rural
Brasil	7,0	3,4
Norte	6,4	3,3
Nordeste	5,8	2,6
Sudeste	7,5	4,1
Sul	7,3	4,6
Centro Oeste	7,0	4,1

Fonte: IBGE - PNAD 2001

Cabe destacar que no Brasil uma das razões para o atraso nos níveis de educação rural, não só da educação rural, já que a constituição de 1937 que no seu artigo 150 estabelece a educação primária para

³ Publicado em 28/10/2011 disponível em: http://www.clarin.com/sociedad/Argentina-gente-vive-ciudades_0_580742004.html. Disponível em 12/10/2016.

todos e gratuita não garante sua obrigatoriedade, em 1946 houve avanços com o Decreto lei nº 8529/46, porém como esta lei ainda não resolvia a questão do financiamento, o que faz que a lei não saísse das intenções e somente com a lei de diretrizes básicas de educação, lei 4024, de 20 de dezembro de 1961 que se pode começar a falar em avanços mais significativos rumo à universalização na educação, processo que só se consolida a partir da constituição de 1988 e da Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes Básicas da educação de 1986. No entanto, se tomarmos a educação rural, destacasse a falta de políticas pensadas para atacar o problema de analfabetismo no campo, embora na década de 30 já houvesse uma preocupação em levar a escola para o campo, impulsionada por um grupo de intelectuais, grupo este conhecido como ruralismo pedagógico, esta preocupação não se traduziu em políticas públicas, nem com a chegada de Getúlio Vargas ao poder com o Estado Novo e os poucos avanços que se deram na década de 50 e início da década de 60 foram interrompidos pela ditadura militar (1964-1985) e só com a redemocratização que surgem políticas de universalização do ensino na área rural, mas as políticas que enfrentam a questão da educação no campo surgem na década de 90, como luta dos movimentos sociais, podemos destacar o MST, mas também a CONTAG dentre outras instituições, diferentemente da Argentina, que teve a lei que garantia a obrigatoriedade da educação ainda no ano de 1884 com a lei 1420 da Educação Comum promulgada no dia 8 de julho de 1884 durante o governo de Júlio Roca em seu primeiro governo que vai de 1880 a 1886. A lei garantia a educação gratuita e obrigatória, no entanto, o esforço por levar educação ao país é anterior e começa no governo Domingo Fagundes Sarmiento (1868-1874) considerado o pai da educação no país e se preocupou em espalhar pelo país, inclusive no interior escolas, porém ao pensar a necessidade de educação ele se aproxima das ideias positivistas, é o antecessor da geração positivista pedagógica da década de 80 igualmente é adepto do positivismo, como destaca Dozo (1983). Cabe aqui dizer que o positivismo de Comte é um pensamento de cunho teleológico, isto é, que acreditava numa linearidade histórica progressista e que a Europa era a região que mais se aproximava do estágio positivo, último estágio evolutivo da humanidade. Sarmiento mescla estas ideias com o pensamento racista, o racismo científico de Spencer.

El Positivismo, como corriente de pensamiento, conforma una de los componentes mas significativos de la construcción del Estado Moderno en la Argentina. Su expresión en nuestro país, se traduce en una confluencia de ideas, que implican, también una forma o modalidad de conocimiento, esencialmente hegemónica, de la realidad. Es decir, el Positivismo es un instrumento de interpretación de la realidad y se expresa mas allá, que en los círculos científicos o de pensamiento [...]Pero, las explicaciones del Positivismo Argentino tendrán cierta centralidad, esta será puesta esencialmente en la “raza”. Dada la influencia de las ciencias naturales para interpretar lo económico y lo social se leerá la sociedad desde una perspectiva de “darwinismo social”, que es extraído de las ideas de Herber Spencer (CARBALLEDA. 2002, on-line.)

Sarmiento ao ver seu país enxergava um país atrasado e para tirar seu país deste atrasado enxerga três remédios, eles não educação pública, trabalho e migração europeia.

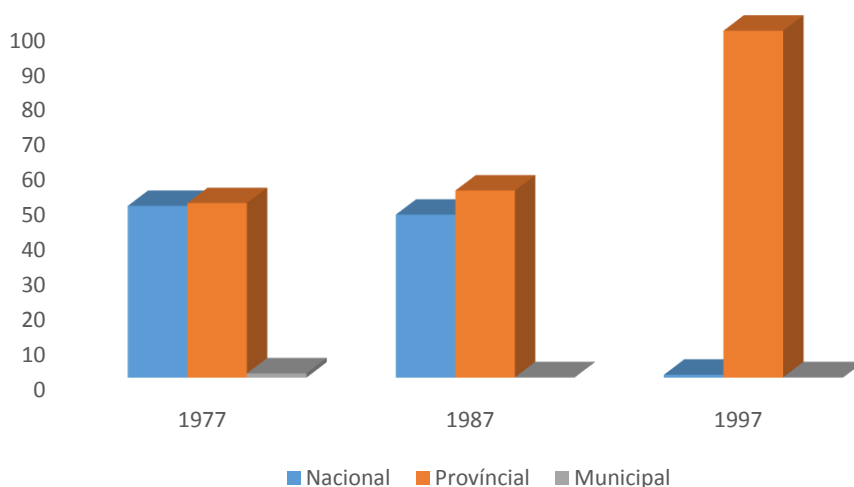
Vimos que os remédios preconizados por Sarmiento para combater nossos males sociais eram a educação pública, o trabalho e a imigração europeia. A aplicação deste último remédio provocaria, junto com a regeneração do primitivo sangue hispano-indígena, uma saudável assimilação da cultura e da produtividade das nações europeias mais civilizadas (BRAVO, 2010, p. 26.)

Ao pensar na educação rural na Argentina, destacamos a lei 4874/1905 proposta Manuel Láinez, como destaca Ascolani (2012, p. 311), cabe destacar que entre os países da América Latina a Argentina é um dos país com menor índice de educação rural, embora seja quase o dobro do nível de educação urbana, o que não é possível dizer com certeza, já que o censo de 2010 não fez a diferenciação entre educação urbana e rural, porém o país está muito próximo de acabar com o analfabetismo com uma taxa de 1,6% de analfabetos, segundo o censo de 2010, taxa 2,4% menor que no censo de 1990, quando a taxa analfabetismo era de 3,7%, sendo que no campo o analfabetismo chegava a 12% entre aqueles com 15 anos ou mais.

O caminho que a Argentina que permitiu o país alcançar a menor taxa de analfabetismo passa pela preocupação em que houve até a ditadura militar e em especial as reformas neoliberais da década de 90, caminho este que consistia no apoio do governo nacional às províncias nacionalizando as escolas da zona rural e das periferias, diminuindo assim as desigualdades regionais caminho este passou por uma política conhecida como as Escolas Láinez e pelas Escola de Novo Tipo como destaca Ascolani (2012, p. 316) no governo de Bernardo de Yrigoyen, que tiveram avanços e retrocessos dependendo do governo,

Observe no gráfico a baixo como o apoio que era dados pelo governo nacional argentino às áreas rurais e periféricas e as províncias mais pobres, regiões que detinham escolas nacionais antes e depois das reformas neoliberais dos anos 90.

Tabela 2 - Estabelecimentos públicos de Educação Média segundo nível de governo de 1977- 1997



Fonte: Ministério da Educação da Nação, Direção Geral da Rede Federal apud Centro de Estudos para o Desenvolvimento Institucional (1991, p.17).

No entanto, a educação rural ainda é um problema, especialmente nas províncias mais pobres do país. O que ficou claro nas entrevistas realizadas no ano de 2011 e 2012 no assentamento Paraje Nueva Argentina no município de Wanda, província de Misiones na Argentina, durante uma das visitas do projeto do projeto de extensão Os contos, los cuentos, mombeu'ra navegam pelo rio Paraná. Um pai lamentava não poder enviar seus filhos para cursar o ensino médio (secundária) na cidade, pois segundo ele, embora haja uma Casa da Família Agrícola, onde seus filhos podem permanecer com valor subsidiado, como o mesmo tinha vários filhos não poderia custear este valor. Destaca-se que a escola da pequena comunidade com aproximadamente 100 famílias, só é realidade devido ao seu esforço desta mesma comunidade, já que as famílias entraram com o terreno, a construção e a província de Misiones entrou com o salário dos professores. Cabe destacar que a província fronteira com o Brasil e a que detém a maior porcentagem de população rural, é a segunda província com maior densidade demográfica, grande número de brasileiros que chegam do principalmente do Rio Grande do Sul em busca de terras, razão pela qual é possível em muitas das pequenas comunidades encontrar quem fale português perfeitamente e fica numa das regiões mais pobres do país, a região nordeste da argentina, conhecida como NEA, composta das províncias de Formosa, Chaco, Corrientes e Misiones, ficando atrás da região noroeste, conhecida como NOA, dentre as oito regiões do país.

No Paraguai podemos dividir a questão do acesso à educação nas escolas rurais em dois momentos, o primeiro o primeiro 1828, quando durante o governo de Dr. José Gaspar Rodríguez Francia, quando a

escola primária era obrigatória até 14 anos (ROCHA, 2014, p. 28) e vai até 1864, ano do início da guerra do Paraguai e a segunda vai de 1864 até nossos dias. Cabe destacar a configuração política do primeiro período, que coincide com os primeiros anos da independência do país, constituído pelos governos de Gaspar Rodriguez Francia⁴ (1813-1816 e 1816-1840), Carlos Antônio Lopez (1844-1962) e Marechal Solano Lopez (1862-1870). Durante este primeiro período até 1864 como destaca Vázquez (2008 p, 49) ao citar PASTORE⁵ quase que a totalidade das terras estavam nas do Estado que repassava estas terras aos camponeses e apenas 1,6% das terras estavam na mão de particulares, além disso, logo nos primeiros anos da independência política do país a educação se torna gratuita e obrigatória e alcança todas as regiões do pequeno país, eram 140 e 5.000 e os professores recebiam seu soldo do Estado, algo que era notável neste período, mesmo para muitos países europeus. Em 1884 se estabelece a lei durante o governo Carlos Antônio Lopez que garante a obrigatoriedade e a gratuidade da educação primária, neste período o congresso declara cidadãos os índios, declarando seus territórios propriedade do Estado, garantindo assim o uso e a preservação destes territórios aos índios, houve a distribuição de sementes aos camponeses e com a vinda de docentes da Europa se criaram as Escolas Nacional de Artes e Academia Literária em 1842, a Escola de Direito Civil e Político, a Escola de Artes e Ofícios em 1854, a Escola Normal em 1855, o Seminário para a formação do clero nacional em 1859 e a Escola de Medicina em 1861 (VASQUEZ, 2008).

Neste primeiro momento ao se falar de educação rural se pode dizer que além dos feitos pedagógicos o acesso à terra fizeram que a educação fizeram que a educação tivesse um efeito libertador, já que não era pensada para subjugar os interesses dos camponeses frente a um modelo de aceitação da concentração de terras, de preconceitos, de subordinação do elemento rural frente ao urbano, diferentemente do princípio inaugural da educação rural na Argentina, que entre as décadas de 70 e o fim do século XIX era positivista e tinha a intenção de levar ideias europeus para os rincões mais distantes do país, sem no entanto questionar a concentração de terra, pelo contrário a ideia manifesta pelo presidente Domingo Fagundes Sarmiento (1869-1864) considerado o pai da educação na Argentina, ficou expressa no livro *Facundo*, onde ele demonstra todo seu desprezo pelo que ele chamava da barbárie do interior argentino, pelos povos originários ao mesmo tempo que demonstrava sua admiração pela Europa e pelos EUA e acreditava que a culta e civilizada Buenos Aires deveria refletir toda civilidade europeia, inclusive Sarmiento demonstrava seu ódio pelos paraguaiois durante a guerra da tríplice aliança, no Brasil conhecida como a guerra do Paraguai. Pois acreditava pelos paraguaiois eram um povo mestiço representavam a barbárie dos aborígenes,

⁴ Eleito Consul juntamente com Fulgencio Yegros de 1812-1814 período dividido em primeiro e segundo consulado e programado ditador temporal de 1814-1816 e ditador perpétuo de 1816-1840).

⁵ PASTORE, Carlos: *La lucha por la tierra em Paraguay*. Pág. 176

no entanto cabe destacar que neste mesmo período o Paraguai já tinha o ensino universalizado, já desenvolvia uma indústria primária em substituição as importações, o que se tornou possível pela localização de seu território longe da costa e do isolamento político nos seus primeiros anos de existência do país independente.

“Estamos por dudar de que exista el Paraguay. Descendientes de razas guaraníes, indios salvajes y esclavos que obran por instinto o falta de razón. En ellos, se perpetúa la barbarie primitiva y colonial... Son unos perros ignorantes... Al frenético, idiota, bruto y feroz borracho Solano López lo acompañan miles de animales que obedecen y mueren de miedo. Es providencial que un tirano haya hecho morir a todo ese pueblo guaraní. Era necesario purgar la tierra de toda esa excrescencia humana, raza perdida de cuyo contagio hay que librarse”. (Sarmiento en carta a Mitre. 1872. Artículo de "El Nacional", 12.12.1877)

No Paraguai o segundo momento ao qual podemos destacar na história da educação rural, período este posterior a guerra da tríplice aliança e como destaca Vásquez (2008, p. 49) dos cerca de 800.000 habitantes do país antes da guerra sobraram cerca de 230.000, sendo que apenas 68.000 homens, e por conta da dívida as terras que eram majoritariamente do Estado foram vendidas, especialmente para estrangeiros, mas também para membros das elites locais, processo que se ampliou com a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e um processo que foi chamado de reforma agrária, que no entanto, distribuiu terra aos aliados políticos aumentando a concentração de terra e hoje o Paraguai é um dos países com maior concentração de terras no mundo.

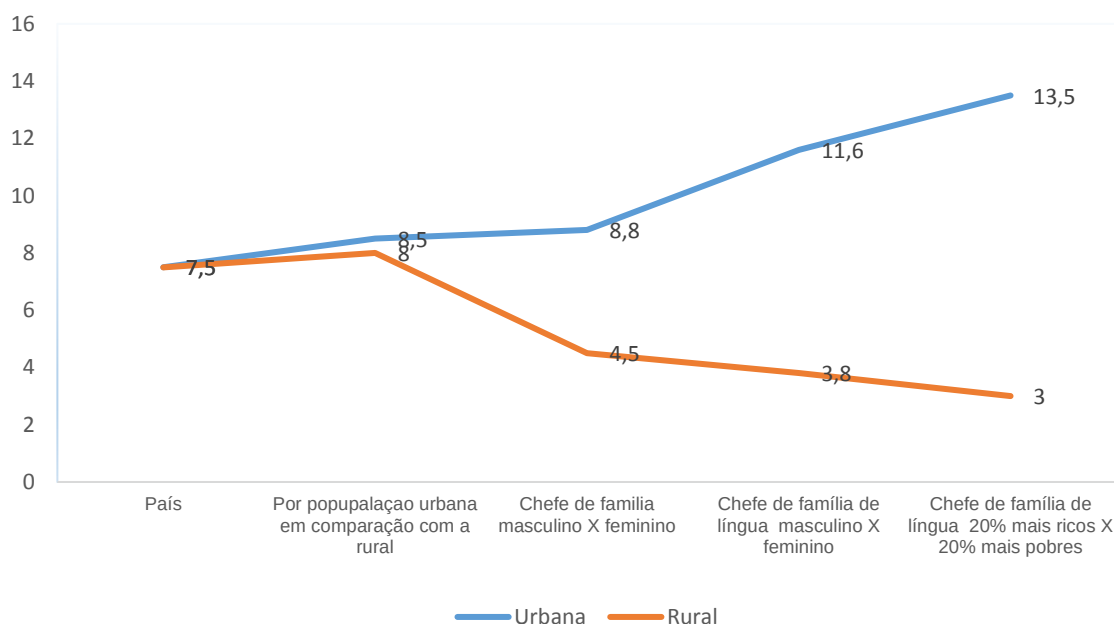
Neste segundo momento com a concentração de terras e o empobrecimento dos camponeses, especialmente os de origem indígena, pela falta de acesso à terra, já que foi necessário com as dívidas de guerra que as terras, que estavam sobretudo nas mãos do Estado fossem vendidas, passando às mãos dos estrangeiros.

En la posguerra, el período liberal oligárquico marcó grandes cambios en la economía y en la sociedad; la liberalización de la economía paraguaya y su concomitante inserción en el sistema económico internacional, hegemonizado entonces por el capital inglés, implicó una ruptura total con las políticas agrarias anteriores. Así, tanto el sistema productivo agrario como la composición de la estructura social se alteran substancialmente con la apropiación privada de la tierra que sigue a la Guerra Grande [...] La Industrial Paraguaya, asociada al capital anglo-argentino, llegó a adquirir más de 2,5 millones de has. 14 ocupando a 5.000 obreros rurales; el Obraje Barthe, con cerca de 1,9 millones de has. que comprendieron el Alto Paraná Sur y parte importante del Departamento de Itapúa, ocupó aproximadamente 3.000 trabajadores rurales, mientras la Mate Larangeira, con 800.000 hectáreas al norte de la Región Oriental, ligada al capital brasileño, ocupaba 1.000 obreros (FOGEL, p. 25 2001)

Nesta nova configuração, a situação do camponês, especialmente do índio se transforma, como destaca Galeano (2010, p. 69) ao dizer que uma pesquisa realizada pela Universidade Católica de Assunção poitou em cada dez paraguaios acreditavam que os índios eram animais, embora essa pesquisa tenha sido

realizada na década de 50 do século passado, ao analisarmos os dados sobre a população rural, em especial a de origem indígena e em especial e as mulheres.

Tabela 3 – Anos de Estudo de chefes de família de população de 20 anos ou mais no Paraguai entre 2000-2010



Fonte: (PNUD 2008) com dados da pesquisa permanente de domicílios.

As condições

políticas do Paraguai posteriores a guerra, criou um país com alta concentração de terra.

De acuerdo con los datos del censo agropecuario nacional de 2008 (MAG, 2009), los medianos y grandes productores representan el 7,3 % del total de personas dedicadas a la actividad agropecuaria. Los productores y las productoras que se dedican a la agricultura familiar, en cambio, representan el 92,7% del mismo total. Sin embargo, las proporciones se invierten notablemente cuando se calcula la superficie de tierra que ocupan unos y otros. Los medianos y grandes productores acaparan el 93,7% de las tierras cultivadas (29.126.812 há, mientras que las personas dedicadas a la agricultura familiar sólo utilizan el 6,3% (1.960.081 ha). (DOBLÉE, p. 4 s.d)

A estrutura do país ficou ligada aos grandes latifundiários, onde o partido colorado ou Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) permaneceu no poder por 61 anos, perdendo as eleições para Fernando Lugo, eleito no ano 2000, eleito com a promessa de enfrentar os problemas agrários e destituído no ano de 2002 por conta dos conflitos agrários, já que a estrutura política do país é conservadora, os impostos são baixos, fazendo que o Estado não tenha recursos para custear políticas sociais para sair da condição de desigualdade latente.

Nas visitas feitas pelo projeto de extensão na Escola Básica Augusto Roa Bastos no assentamento comuneros, no município de Minga Guazú, no departamento de Alto Paraná, no Paraguai observou-se alunos tendo aulas na varanda por falta de espaço, nos dias de chuva as aulas eram canceladas por falta de condições de acesso, cabe destacar, que estas aulas não eram repostas, fora as condições dos docentes, com baixos salários, sem qualificação adequada, sendo a única qualificação para estes docentes o curso de formação de professores à nível técnico, fora isso, embora comparando a vida dos assentados com a dos moradores das periferias de Cidade do Leste, a segunda maior cidade do Paraguai, se nota que estes tem condições de existência visivelmente melhores, se vê menos pobreza perceptivelmente, pelo esforço que os trabalhadores assentados fazem em cultivar a terra, ainda que sem nenhum trator, algumas famílias, especialmente aquelas compostas de mães chefes de família os recursos são escassos.

CONCLUSÕES

Ao observar a história da construção de políticas educacionais para os camponeses, observamos a relação com suas condições econômicas e sociais, logo se a educação no campo tem índices inferiores as condições da educação urbana é preciso para além de se pensar em políticas educacionais, pensa-las acompanhadas em políticas de acesso à cidadania, de acesso à terra e a renda e este é o desafio para os governos da região, os órgãos que fomentam a educação regional como o MERCOSUL Educacional, a Reunião Especializada em Agricultura Familiar (REAF), pois os Movimentos Sociais do campo já perceberam a relação entre terra, dignidade e educação, fazendo destes dois polos indissociáveis para a emancipação humana, em especial quando nos referimos às necessidades e a permanência das condições de reprodução social do camponês como classe social ligada à terra e para tal é primordial buscar elementos da história tanto do camponês como das políticas educacionais para o campo das lições do passado poder se pensar numa construção de novas políticas.

REFERÊNCIAS

ALTHESSE, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Argentina. Instituto Nacional de Estadística y Censos: Censo nacional de población, hogares y viviendas 2010. 1ed. - Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRAVO, Héctor Félix. DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO (1811-1888). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

CALDART, Roseli Salete et al (Org.). Dicionário de Educação do campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Azevedo de (org.) Contribuição para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação por uma Educação do Campo, 2005.

CARBALLEDA, Alfredo. Ilustración y Revolución: (Los inicios del Pensamiento Político Argentino, su expresión en las primeras nociones de construcción de la idea de ciudadanía (Cap. III). In: Del desorden de los cuerpos al orden de la sociedade. Buenos Aires: Ediciones Digitales Margen, año 2002. Disponível em: < <http://www.margen.org/suscri/libro/cap2.html>>. Data de acesso: 14/10/2016.

CARVALHO, Joelson Carvalho de. Economia Agrária. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2015

DOBRÉE, Patrício. El derecho a la tierra. Perspectivas para el análisis. In: La tierra en el Paraguay: de la desigualdade al ejercicio de derechos. Assuão: Programa Democratización y Construcción de la Paz, [n.d]. Disponível em:< <http://bienal-clacso-redinju-umz.cinde.org.co/archivos/la%20tierra%20en%20paraguay%20%20de%20la%20desigualdad%20al%20ejercicio%20de%20derechos.pdf>>, Acesso em: 16/10/2016.

DOZO, Luís Adolfo. Aspectos pedagógicos del Positivismo em Argentina. In: Anuário de Filosofia Argentina e Americana. Vol. 16. Mendonza: Universidad Nacional de Cuyo.

FOGEL, Ramon. Antecedentes del problema agraria. In: Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción. FRACSO Argentina, 2001. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Paraguay/ceri/20121128052549/cap1.pdf>>

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007

ROCHA, F. C. Políticas de Educação de Educação no campo nos governos pós-neoliberais no Brasil, Argentina e Paraguai e a situação do campo na Tríplice Fronteira. 2015. 59 f. TCC (Graduação em Ciência Política e Sociologia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica na Educação do Campo. In: BASO, Jaqueline; SANTOS NETO, José Leite; BEZERRA, Maria Cristina. Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no Campo: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016